Cartas de Paris – Sociedade Cínica

Ufa! Que semana, hein?! Aproveitei até o feriado do dia 28 para descansar e adoecer um pouco. Afinal de contas, ninguém é de ferro e temos o direito constitucional de ficarmos gripados. Tem sido um período conturbado da vida política brasileira, marcado por ineditismos e repetições (velhas repetições, se é que vocês me entendem...). Por um dever ético-institucional, não poderei me aprofundar nessas análises nem falar o que eu realmente penso. A cada escolha, uma renúncia. Corretíssimo! Decidi ser promotor e não irei reclamar dessa restrição (ou melhor: cuidado) a que estou submetido.

Era dia 25/10/2026. Rodava seção por seção da 39ª Zona Eleitoral do TRE de Alagoas, na companhia de um dos melhores magistrados do Estado, com quem compartilho parte da rotina profissional do Alto Sertão (Água Branca, Pariconha e Inhapi). Eram 9h da matina e um charmoso sol, ao refletir entre as algarobas (lindas árvores sertanejas), nos abraçava com 40 ºC. Nada que não fosse resolvido com um gole e outro de água. Nessa calorenta festa da democracia, logo percebemos dois fatos: quase não existiam filas e o quantitativo de pessoas que não votaram no primeiro e estavam votando no segundo turno era considerável. Nas minhas míseras contas, entre 6% e 8% de comparecimento. Disse ao magistrado: "Cara, esse dado é importante e, se for orgânico, teremos novidades!". De fato, ela veio; mas era outra, completamente inimaginável! Quando já nos encontrávamos dentro do carro (retornando para a sede do Cartório Eleitoral), quase às 17h.

Uma notícia estampava a primeira página do sítio eletrônico de um grande jornal, dando conta de que as votações se estenderiam até as 19h. Em três minutos, fizemos uma catarse científica, passando pelos planos da existência, validade e eficácia do ato jurídico, ocasião em que o juiz eleitoral corretamente entendeu pela inexequibilidade do comando judicial supremo; afinal de contas, já passava um pouco das cinco horas da tarde e as equipes de mesários estavam absolutamente treinadas para emitir britanicamente o boletim de urna. Voltávamos atônitos e mudos para a sede da Zona (sem duplo sentido).

Para quem trabalha com e nas eleições, é inquestionável a lisura e a segurança das urnas eletrônicas, método utilizado há quase 30 anos e sujeito (por igual período) a auditorias e testes de integridade. Vocês sabiam que existe um Teste Público de Segurança, realizado pelo TSE desde 2005, aberto para os cursos de tecnologia das universidades e faculdades brasileiras, partidos políticos, OAB, MP e CGU, oferecendo prêmio para quem conseguir vulnerar as urnas? Saibam que os apontamentos feitos desde então NUNCA comprometeram a votação ou o sigilo do seu voto. Resumiram-se a frivolidades (tal como o sinal sonoro das teclas, só perceptível num ambiente isolado), que foram sanadas de imediato pelo TSE. O problema não seria este, mas sim a pós-verdade que viria a partir dessa prorrogação.

Por pós-verdade, deve-se entender a condição humana, cultural e política em que os fatos e a evidência científica são deixados de lado em razão da comunicação promocional, emocional, das crenças pessoais e das convicções individuais. Em tempos de disputa política fervorosa, isso é nitroglicerina pura! E a novela da semana não teve o seu ápice aí: vimos uma decisão restritiva de direitos sem o prévio parecer ministerial, houve um avião, uma carta e o silêncio eloquente de dois importantes parceiros comerciais. O final desse romance?! Nem Deus sabe. O que sabemos é que a ponta para desatar esse nó passa pela autocrítica antes da crítica ao rival; passa pela real necessidade de que cada brasileiro saiba que não precisamos de heróis (por mais que a pós-verdade lhe diga o

contrário, ainda que cochichando no fundo do seu ouvido, bem baixinho...); precisamos de gestores e estadistas — se forem só o primeiro, já é um bom começo. Temos que ter planos de médio e longo prazo (falo dos recursos iniciais: saúde, educação, segurança pública e urbanismo), e não crenças e fanatismos vazios.

Na Sociedade Sínica (China), embora seja criticável a ausência de democracia sob a ótica ocidental, eles entenderam que a disputa política leva à instabilidade social, e isso não é desejável em um acelerado ambiente econômico. Eu discordo, acho importante a competição. No entanto, embora esta seja da essência dos nossos ideais franceses, o confronto ou conflito violento, ainda que de ideias, não o é, visto que nos leva à letargia ou até mesmo ao caos. Encerrada a disputa eleitoral, não seria a hora de também encerrarmos o confronto? Ou até quando, à luz da pós-verdade, insistiremos na construção de uma sociedade cínica?

Que a razão nos abençoe! Abaixo os heróis.

Frederico Alves Monteiro Pereira

Promotor de Justiça